

REVISEA

REVISTA SERGIPANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Busca por interlocuções entre Educação Ambiental e Agricultura Urbana: registros fotográficos de um processo de pesquisa

Searching for Intersections between Environmental Education and Urban Agriculture: Photographic Records of a Research Process

Búsqueda de Interlocuciones entre Educación Ambiental y Agricultura Urbana: Registros Fotográficos de un Proceso de Investigación

**Paolo de Castro MARTINS¹
Rafael Nogueira COSTA²
Stephanie di Chiara SALGADO³
Daniel Vieira NUNES⁴
Celso SÁNCHEZ⁵**

Submetido em: 18/09/2025

Aceito em: 23/09/2025

Publicado em: 30/09/2025

¹ Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

⁴ Universidade Federal Fluminense.

⁵ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.



RESUMO

Nas últimas décadas, a educação ambiental tem sido marcada por abordagens centradas em mudanças individuais, frequentemente desprovidas de um substrato sociopolítico capaz de enfrentar a crescente complexidade ambiental e social. Diversos autores têm apontado a necessidade de repensar seus fundamentos e ampliar o diálogo com comunidades e grupos populares subalternizados, fortalecendo suas lutas por justiça socioambiental. Este artigo apresenta uma narrativa fotográfica construída a partir de pesquisa realizada junto a uma rede de agricultores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa contribui ao destacar a fotografia como pilar metodológico, não apenas como recurso ilustrativo, mas como documento autêntico capaz de cristalizar vivências e produzir representações. Nesse sentido, amplia as possibilidades de compreender e comunicar processos educativos vinculados às lutas sociais e ambientais.

Palavras-chave: agroecologia; ecologia política; educação; movimentos sociais; território

ABSTRACT

In recent decades, environmental education has been characterized by approaches focused on individual changes, often lacking a sociopolitical foundation capable of addressing the increasing environmental and social complexity. Several authors have emphasized the need to rethink its foundations and expand dialogue with communities and marginalized popular groups, strengthening their struggles for socio-environmental justice. This article presents a photographic narrative developed from research conducted with a network of smallholder farmers in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The research contributes by highlighting photography as a methodological pillar, not merely as an illustrative resource but as an authentic document capable of crystallizing experiences and producing representations. In this sense, it broadens the possibilities of understanding and communicating educational processes connected to social and environmental struggles.

Keywords: agroecology; political ecology; education; social movements; territory

RESUMEN

En las últimas décadas, la educación ambiental se ha caracterizado por enfoques centrados en cambios individuales, a menudo carentes de un sustrato sociopolítico capaz de enfrentar la creciente complejidad ambiental y social. Diversos autores han señalado la necesidad de repensar sus fundamentos y ampliar el diálogo con comunidades y grupos populares subalternizados, fortaleciendo sus luchas por la justicia socioambiental. Este artículo presenta una narrativa fotográfica construida a partir de una investigación realizada con una red de agricultores de la Región Metropolitana de Río de Janeiro. La investigación contribuye al destacar la fotografía como pilar metodológico, no solo como recurso ilustrativo, sino como un documento



auténtico capaz de cristalizar vivencias y producir representaciones. En este sentido, amplía las posibilidades de comprender y comunicar procesos educativos vinculados a las luchas sociales y ambientales.

Palabras clave: agroecología; ecología política; educación; movimientos sociales; territorio

1 INTRODUÇÃO

A terceira década do século XXI se apresenta como um período de intensa crise socioambiental (Schaeffer et al., 2025). As mudanças climáticas que há poucos anos eram tidas como uma possibilidade futura, já são uma realidade (Richardson et al., 2023). Neste cenário, as pressões ambientais decorrentes de ações antrópicas tendem a se tornar tão intensas a ponto de promover mudanças abruptas e irreversíveis nos sistemas terrestres, os chamados ‘pontos de não retorno’, ou *tipping points* (Lenton et al., 2023).

Em relação aos danos socioambientais contemporâneos, Souza (2019) aponta que o sistema capitalista promove tanto a destruição de ecossistemas quanto de modos de vida, o que gera a desestruturação de “identidades sócio-espaciais”, bem como a “desterritorialização” de comunidades. No mesmo sentido, de acordo com Porto-Gonçalves (2012), a compreensão de território como o processo de apropriação material e cultural do espaço geográfico fundamenta a percepção da crise socioambiental contemporânea como oriunda deste modelo socioeconômico, que além dos danos e da destruição ambiental, promove a separação dos povos de suas condições materiais e culturais de existência.

Reconhecendo a relação intrínseca dos danos ambientais com aspectos sociais e políticos, Quiñonez (2018) apresenta o conceito de “ecoetnogenocídio”. O termo consiste em um neologismo formado pela união das palavras, genocídio, etnocídio e ecocídio. Segundo o autor, a união dos termos se dá com o objetivo de fomentar a reflexão sobre fenômenos integrados de extinção da vida e da cultura, de destruição e de violação permanente e sistemática dos direitos humanos e da



natureza, que comumente são tratados de forma isolada nos diversos espaços sociais e jurídicos (Quiñonez, 2018).

Tal concepção dialoga com a ideia apresentada pela ecologia política, que indica que sujeitos com diferentes níveis de poder e com objetivos contrastantes promovem uma disputa pelo ambiente, incluindo o espaço e demais recursos associados (Leff, 2015).

Esse cenário de crise socioambiental explicita a necessidade de uma reorientação político-intelectual para que sejam construídos caminhos alternativos ao modelo de desenvolvimento moderno-capitalista (Alimonda, 2011). Nesse sentido, a educação ambiental se apresenta como uma gama de concepções teóricas, metodológicas e filosóficas, promovida por diferentes agentes sociais, em busca de compreender as origens dos problemas socioambientais e de encontrar soluções para superá-los (Carvalho, 2012). As diversas perspectivas acerca da educação ambiental abrangem uma variedade de representações que, a partir de suas interpretações da realidade e de seus objetivos, manifestam distintos níveis de propensão à preservação ou à modificação das condições socioambientais (Layrargues e Lima, 2014).

De acordo com Machado e Moraes (2019), a partir do momento em que a educação ambiental se institucionalizou e passou a compor agendas governamentais e de setores empresariais, tornou-se um agente legitimador dos projetos desenvolvimentistas moderno-capitalistas. González-Gaudiano e Meira-Carteia (2019) apontam na mesma direção ao afirmarem que nas últimas cinco décadas a educação ambiental permaneceu fortemente associada a propostas pedagógicas pautadas em mudanças individuais e que careciam do substrato sociopolítico, não dando conta da crescente complexidade ambiental e social. Além disso, tais processos educacionais seguem respondendo aos interesses e às diretrizes das corporações e dos grupos que contribuem com a promoção dos danos socioambientais que afetam todo o planeta (ibid).



Sendo assim, as propostas apresentadas por Machado e Moraes (2019) e por González-Gaudiano e Meira-Carda (2019), indicam que há uma necessidade de repensar os fundamentos da educação ambiental e os seus modos de relação com a sociedade. Um possível caminho é o diálogo com as perspectivas das comunidades e dos grupos populares subalternizados, que fortaleça suas lutas e tenha como horizonte a superação das condições de injustiça de que são vítimas.

Diante desse cenário, temos desenvolvido uma série de pesquisas que se propõem a investigar possíveis interlocuções entre a educação ambiental e a educação em ciências com a agroecologia. Esta área temática apresenta acúmulos históricos de atuação social e política de resistência, contemplando a luta por segurança alimentar; a defesa da vida em suas múltiplas formas e dos ecossistemas naturais; a atuação em defesa de grupos subalternizados; a luta pela superação de opressões, com destaque para o machismo, o racismo, a LGBTfobia e a violência no campo; a atuação em defesa da cultura e dos modos de vida populares – de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, populações urbanas periféricas, entre outros. Conforme este tema ganha força e se capilariza pela sociedade, alcança diversos setores como o poder público, a academia e as escolas, e passa a atuar mais amplamente na subjetividade da sociedade. Desse modo, são trazidos à tona diversos temas e conhecimentos contra hegemônicos, que podem ser dinamizados e ampliados, e com isso podem contribuir com a transformação social.

A partir dessa perspectiva, elaboramos a hipótese de que as múltiplas práticas e processos associados à agroecologia, com seus acúmulos epistêmicos, metodológicos e políticos, podem fornecer significativas contribuições para o campo da educação ambiental, ampliando as suas possibilidades para lidar com os desafios socioambientais contemporâneos.

Neste contexto, este artigo apresenta uma narrativa fotográfica de dos processos de uma pesquisa desenvolvida por meio do método da Pesquisa Ação (Fals-Borda,



1999) junto a uma rede de agricultores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Esta rede é comprometida com a luta por segurança alimentar, pela valorização dos territórios periféricos, entre uma ampla gama de temas relacionados às lutas por justiça socioambiental.

A pesquisa teve início em fevereiro de 2020 e foi finalizada em maio de 2024. Seu desenvolvimento ocorreu por meio da participação em diversas atividades e processos que compõem o cotidiano da Rede CAU.

Neste artigo, resolvemos dar importância para as fotografias e trazemos as experiências anteriores quando desafiamos as fronteiras de uma Unidade de Conservação (Costa; Branquinho, 2016). O conjunto de fotos apresentadas aqui fazem parte dos registros de campo da tese de doutorado do primeiro autor defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). As fotografias, para nós, são tão importantes quanto os cadernos de campo para tese, assim como o gravador de som, as leituras dos artigos e as conversas realizadas para o desenvolvimento da pesquisa. As imagens revelam um tempo de desaceleração, no qual o próprio tempo é esticado quando se mergulha num universo de luta, como ocorre na Rede CAU.

Este artigo traz como proposta um convite para “lermos imagens”, conforme nos orienta Schwarcz (2014, p. 392-393):

[...] penso que é chegada a boa hora de “lermos imagens” em sentido paralelo ao que destrinchamos um documento amarrotado, um texto clássico, um documento cartorial, uma notícia de jornal. A ideia central deste artigo é, assim, quase ingênua, se não fosse “atrevida” na provocação que ela pretende instigar: vasculhar usos de imagens não como ilustrações, mas como documentos que, assim como os demais, constroem modelos e concepções. Não como reflexo, mas como produção de representações, costumes, percepções, e não como imagens fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas como elementos que circulam, interpelam, negociam (2014, p. 392-393).

A fotografia promove uma experiência única, diferente da escrita, sendo constituída por meio de relações sociais (Edwards, 2012) e promove a cristalização



de uma vivência no tempo e no lugar. As imagens representam o mundo, servindo para descrever e dar sentido, “suprimindo e integrando, desdobrando e restringindo a realidade ao mesmo tempo” (Pires e Silva, 2014, p. 608).

Portanto, o artigo é um convite para compreensão do debate que iniciamos anteriormente em Martins *et al.* (2025). Os dois se complementam, são movimentos intelectuais que se conectam. Aqui, seguimos a premissa de que cada foto é um texto a ser decifrado, um documento que, tal como um caderno de campo ou uma gravação, não reflete, mas produz realidade e pode promover sentidos. Ao final, espera-se que a leitura deste artigo e a observação atenta de suas imagens reafirmem o poder destas não apenas como testemunho de uma pesquisa, mas como um processo educativo fundamental para o campo da educação ambiental.

2 A REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apesar de ser composta predominantemente por áreas urbanas, possui relevantes experiências relacionadas à agricultura (Fernandez e Filho 2019). Tais experiências contemplam a produção agrícola familiar em diferentes formatos - em pequenas sítios, nos quintais nas regiões periféricas, em lajes de casas nas favelas, em hortas comunitárias e em assentamentos da reforma agrária -, bem como uma diversidade de processos de beneficiamento e de comercialização dos alimentos, que são realizados a partir de cozinhas individuais e comunitárias, da realização de feiras agroecológicas, da realização de vendas por redes de produtores-consumidores e da venda em lojas associadas a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Petrus et al., 2022).

Inserida na dinâmica dos sistemas agrícolas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, está a Rede CAU, uma rede criada em 2009, formada por agricultores, além de representantes de movimentos sociais, organizações não governamentais



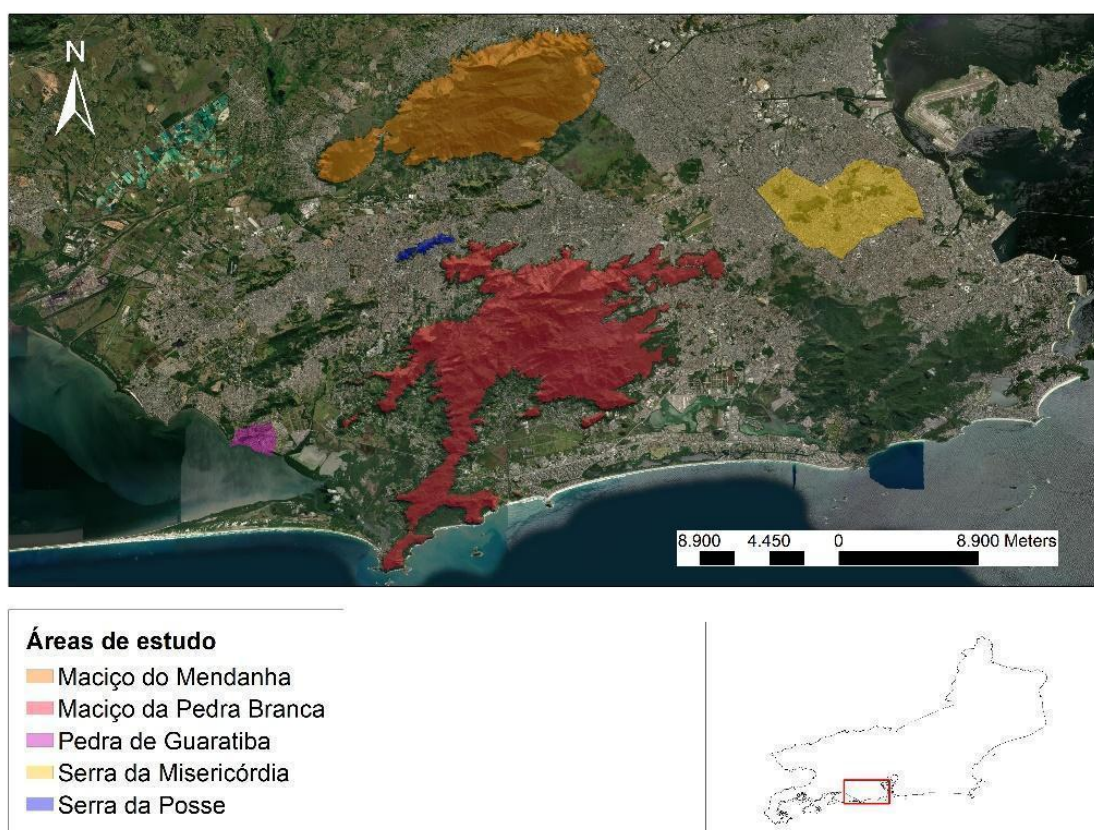
e pesquisadores de universidades e instituições públicas de pesquisa. A partir do tema central da agricultura urbana, a rede contempla diversas pautas que compreendem lutas por justiça socioambiental, como a valorização da agricultura como prática sociocultural, o reconhecimento pelo poder público da existência da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, a garantia da segurança alimentar nas periferias, a luta contra o machismo, a valorização dos territórios periféricos, entre outros.

Ao longo dos seus dezesseis anos, a atuação mobilizada pela Rede CAU promoveu importantes avanços relacionados às práticas da agricultura urbana, à segurança alimentar e ao fortalecimento dos territórios, com destaque para as regiões periféricas.

Entre essas conquistas estão: a criação da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica, através da lei nº 8625, de 18 de novembro de 2019; a promulgação da Lei nº 8366 de 02 de abril de 2019 que institui a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana; a Lei nº 6691 de 19 de dezembro de 2019, que instituiu a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana; a lei municipal nº 1295/2019, que consolidou o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e estabeleceu diretrizes para a produção orgânica do município.



Figura 1. Imagem com demarcação das principais regiões onde a pesquisa foi realizada.



Fonte: Autoria de Stella Mata.

3 PEDAGOGIAS DESENVOLVIDAS A PARTIR DA ATUAÇÃO DA REDE CAU E DAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA

A atuação com a Rede CAU durante esta pesquisa nos possibilitou tecer reflexões sobre importantes processos pedagógicos construídos em seu curso. Tais reflexões se embasaram teoricamente na ideia de pedagogias produzidas por movimentos e por práticas sociais (Arroyo, 2014) e são apresentados no trabalho recentemente publicado, intitulado ‘Entre la agricultura urbana y la educación ambiental: la construcción de pedagogías en una perspectiva decolonial’ (Martins et al., 2025).

Segundo Arroyo (2014), todas as experiências sociais produzem conhecimentos. Um exemplo de conhecimentos produzidos por grupos populares consiste na compreensão das relações de poder e a elaboração de estratégias de resistência frente às opressões. Desse modo, o autor destaca as “pedagogias de resistência à dominação”, que contempla aprendizados de resistência vividos em seus cotidianos de luta pela defesa de seus territórios e pelo direito de existir; e as “pedagogias de emancipação”, com as quais se desenvolve consciência política e se aprende a se organizar em ações coletivas e a incidir politicamente na sociedade.

Esta proposta dialoga com o que Silva e colaboradores (2022) apresentam sobre a ‘inteligência bandida’. A ideia de ‘inteligência bandida’ reflete inteligências, conhecimentos que estão à margem, sendo, portanto, marginais e não legitimados. De acordo com os autores, as pessoas que nascem e crescem em espaços de exclusão como favelas e periferias, são formadas pelas conformações sociais e culturais desses locais. Com isso, desenvolvem elaborações cognitivas que dialogam com lógicas de sobrevivência diante das condições sociais, políticas e ambientais apresentadas (ibid.). Ou seja, dialogando com a ideia da ‘leitura de mundo’ proposta por Freire (2002), seriam elaborações cognitivas desenvolvidas a partir de condições sociais e políticas sob as quais situam-se esses sujeitos.

Inspirados por esses referenciais, foram sistematizados nove processos pedagógicos associadas à Rede CAU e às práticas da agricultura urbana, que consistem em: i) organização e fortalecimento comunitário; ii) território como campo de ação coletiva; iii) intercâmbios e troca de informações entre grupos; iv) formação e incidência política; v) alimentação como processo mobilizador de encontros e de aprendizados; vi) quintais como espaços pedagógicos; vii) feira como processo pedagógico; viii) interlocução com a academia; ix) valorização dos conhecimentos populares (Martins et al. 2025).

Figura 2. Pedagogias associadas à Rede CAU e às práticas da agricultura urbana.



Fonte: Elaborado por Paolo Martins

4 AGRICULTURAS NA CIDADE: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO PROCESSO DE PESQUISA

Figura 3. Reunião da Rede Carioca de Agricultura Urbana no Casarão Agroecológico, bairro de Campo Grande.



Figura 4. Reunião da Rede CAU no Casarão Agroecológico, bairro de Campo Grande.



Figura 5. Integrantes da Rede CAU indo de trator para uma atividade no Maciço da Pedra Branca.



Figura 6. Maciço do Mendanha.



Figura 7. Encontro do Sistema Participativo de Certificação Orgânica (SPG) no Maciço do Mendanha.



Figura 8. Quintal na Zona Oeste.



Figura 9. Quintal na Zona Oeste.



Figura 10. Encontro do Sistema Participativo de Certificação Orgânica (SPG) no Maciço da Pedra Branca.

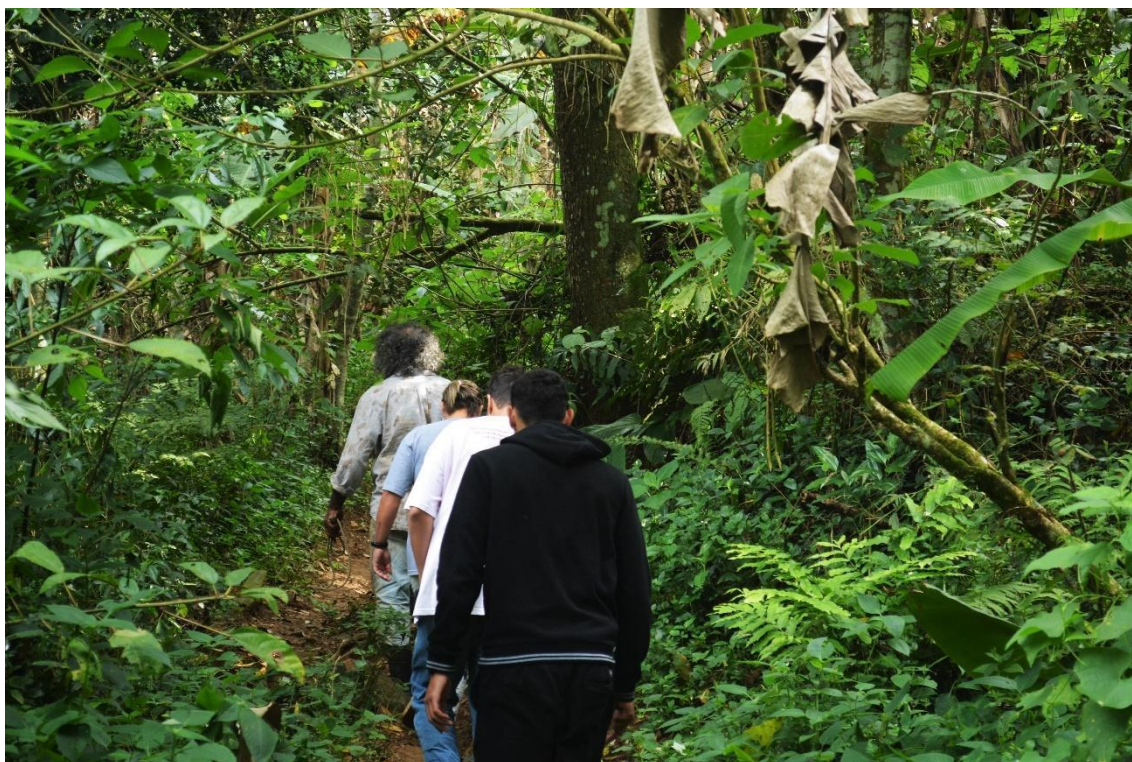


Figura 11. Maciço da Pedra Branca.

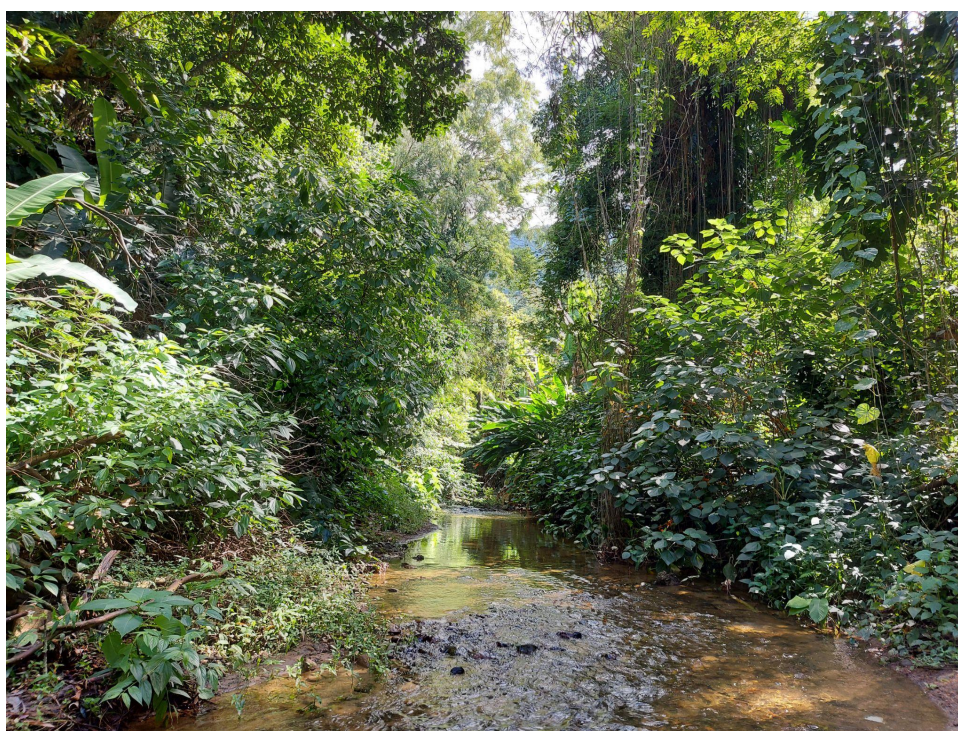


Figura 12. Complexo do Alemão - Maciço da Serra da Misericórdia.



Figura 13. Complexo da Penha - Maciço da Serra da Misericórdia.

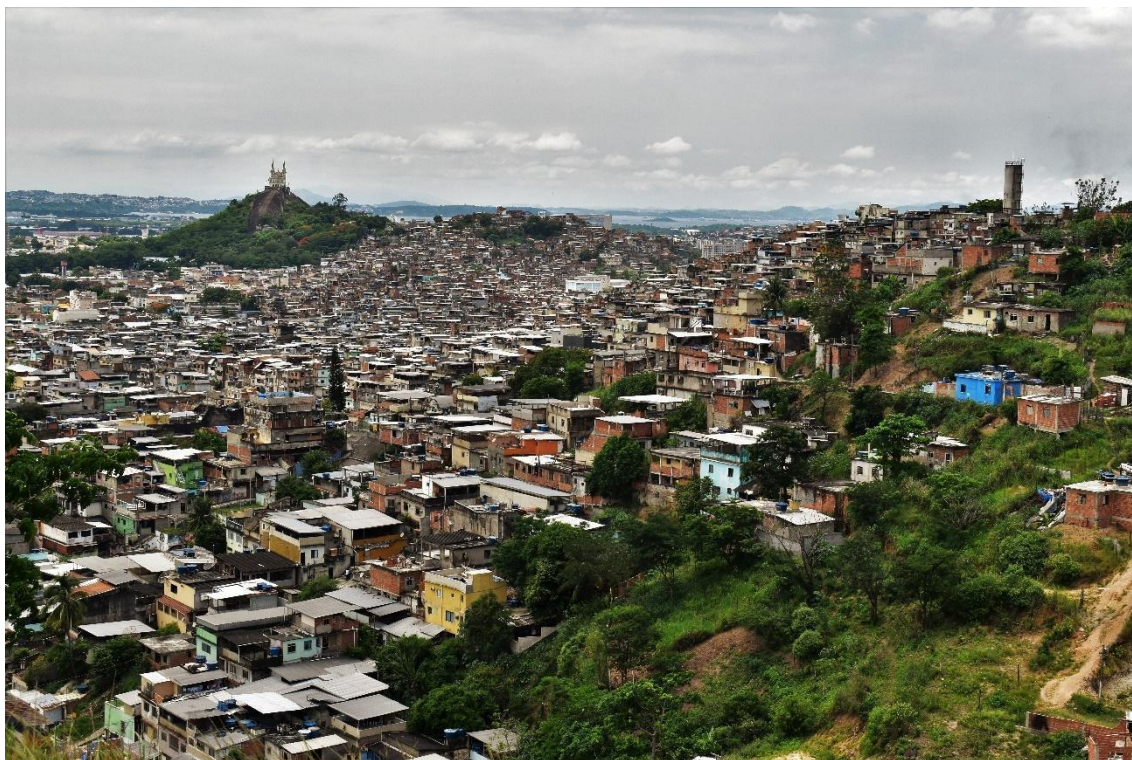


Figura 14. Complexo do Alemão - Maciço da Serra da Misericórdia.



Figura 15. Complexo do Alemão, Maciço da Serra da Misericórdia.



Figura 16. Complexo do Alemão, Maciço da Serra da Misericórdia.



Figura 17. Encontro do Sistema Participativo de Certificação Orgânica (SPG) no Maciço da Serra da Misericórdia.



Figura 18. Complexo da Penha, Maciço da Serra da Misericórdia.



Figura 19. Sistema agroflorestal comunitário - Complexo da Penha, Maciço da Serra da Misericórdia.



Figura 20. Almoço durante uma reunião da Rede CAU. Complexo da Penha, Maciço da Serra da Misericórdia.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de quase duas décadas, a atuação da Rede CAU tem promovido avanços significativos no contexto da agricultura urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As práticas mobilizadas pela Rede têm contribuído com a luta por direitos, com a defesa dos territórios e com o fortalecimento da segurança alimentar, especialmente nas regiões periféricas. Além de identificar processos pedagógicos promovidos pelas práticas sociais relacionadas à agricultura, o desenvolvimento da pesquisa no cotidiano da Rede CAU apresenta contribuições para o campo da educação ambiental ao reforçar a fotografia como um pilar metodológico tão crucial quanto os tradicionais cadernos de campo e registros sonoros. As imagens produzidas transcendem a função de ilustração para se afirmarem como documentos autênticos que cristalizam vivências e produzem representações, à luz das premissas de Edwards (2012) e Schwarcz (2014).

Elas capturam a singular experiência temporal da luta socioambiental da Rede. Dessa forma, este artigo reforça o convite para que leiamos as imagens em sua profundidade documental, propondo um diálogo intelectual com o debate que inauguramos em Martins *et al.* (2025). Mais do que um testemunho, o corpus visual aqui apresentado se erige como um processo educativo em si, capaz de desafiar fronteiras epistemológicas e reforçar o potencial da linguagem fotográfica como uma ferramenta crítica e constitutiva para a pesquisa em educação ambiental. A observação atenta dessas fotografias, portanto, não apenas encerra uma etapa investigativa, mas abre novos caminhos para se compreender e interpelar o mundo.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos às pessoas integrantes da Rede CAU pela importante atuação na cidade, que tanto nos inspira, e também pela companhia afetuosa e acolhedora ao longo desses anos. Agradecemos também: ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de produtividade concedida a Celso Sánchez, pelo financiamento do Observatório de Educação Ambiental de Base Comunitária do Rio de Janeiro, por meio do Edital Universal (processo nº 409807/2021-4), pelo financiamento do projeto PELD 23/2024 Mosaico de Restingas e Lagoas Costeiras do Norte Fluminense e pela bolsa Pós-Doutorado no Exterior concedida a Rafael Costa; e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pela bolsa Doutorado Nota 10 concedida a Paolo Martins e pelo fomento concedido a Rafael Costa por meio do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (E-26/201.321/2022)..

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. En H. Alimonda (Org.). **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina**. CLACSO, 2011.



ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, R. N.; BRANQUINHO, F. A fronteira entre a comunidade e a unidade de conservação mastigada pela formiga-onça. **ILUMINURAS**, v. 17, n. 42, 2016. DOI: 10.22456/1984-1191.70011

EDWARDS, Elizabeth “Objects of Affect: Photography Beyond the Image”. **Annual Review of Anthropology**, v. 41, p. 221–34.

FALS-BORDA, O. **Orígenes universales y retos actuales de la IAP**. Análisis Político, n. 38, p. 73-90, 1999.

FERNADEZ, A. C.; FILHO, A. C. Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais. **Cidades, Comunidades e Territórios**, 39, p. 141 – 154, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

GONZALEZ-GAUDIANO, E. J.; MEIRA-CARTEA, P. A. Environmental education under siege: Climate radicality. **The Journal of Environmental Education**, v. 50, n. 4-6, p. 386-402, 2019. <https://doi.org/10.1080/00958964.2019.1687406>

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000100003>

LEFF, E. Ecologia Política: uma perspectiva Latino-Americana Perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64, 2015. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>

LENTON, T. M. et al. (Orgs.). **The Global Tipping Points Report 2023**. Exeter: University of Exeter, 2023.

MARTINS, P. C. M.; SALGADO, S. C.; NUNES, D. V.; COSTA, R. N.; SÁNCHEZ, C. Entre la agricultura urbana y la educación ambiental: la construcción de pedagogías en una perspectiva decolonial. **Algarrobo-MEL**, v. 13, p. 1–14, 2025. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/mel/article/view/8949>

MACHADO, C. R. S.; MORAES, B. E. Educação ambiental crítica: da institucionalização à crise. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 21, n. 1, 2019. DOI: 10.22483/2177-5796.2019v21n1p39-58.



PETRUS, F.; LAGO, L. C.; FERRER, L. Agricultura urbana e o direito à cidade. In. RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. G. **Reforma Urbana e Direito à Cidade**: Rio de Janeiro. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

PIRES, M. C. F.; SILVA, S. L. P. O cinema, a educação e a construção de um imaginário social contemporâneo. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 607–616, abr. 2014.

PORTO GONÇALVES, C. W. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Interthesis**, v.9, n.1, p. 16-50, 2012. <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>

QUIÑONEZ, S. A. Defensa Ambiental, Derechos Humanos y Ecogenoetnocidio Afrocolombiano. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 10-27, 2018. <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n1.p10-27>

RICHARDSON, K. et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science Advances**, v. 9, n. 37, eadh2458, 2023. <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh2458>

SCHAEFFER, R. et al. Ten new insights in climate science 2024. **One Earth**, v. 8, n. 6, p. 101285, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2025.101285>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 391-431, 2014. http://www.revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/5-ano4-v04n02_lilia-moritz-schwarcz.pdf

SILVA, R. T.; RODRIGUES, F.; ALENCAR, W. Inteligência Bandida: esboço de uma epistemologia das favelas em diálogo com Paulo Freire e Vigotski. **Revista Aleph**, v. 5, p. 66-85, 2022.

SOUZA, M. **Ambientes e Territórios**: uma introdução à Ecologia Política, 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

